



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CLEITON DIEGO CAMPOS DO NASCIMENTO

ANARQUISMO E EDUCAÇÃO: A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO ANARQUISTA
PELOS AUTORES LIBERTÁRIOS

CARUARU

2022

CLEITON DIEGO CAMPOS DO NASCIMENTO

ANARQUISMO E EDUCAÇÃO: A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO ANARQUISTA
PELOS AUTORES LIBERTÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso De Pedagogia do
Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a
obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Área de concentração: Teoria crítica de
educação

Orientador (a): Sandro Guimarães Salles

CARUARU

2022

Dedico esse trabalho a todos os militantes anarquistas que entregaram as suas vidas a luta contra a injustiça social, e que almejaram e continuam almejando uma nova ordem social, baseada nos princípios humanizantes: igualdade, liberdade, ajuda mútua, autogestão, internacionalidade e a solidariedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amados genitores, José Cláudio do Nascimento e Janicleide Campos da Silva, que me concederam a vida e que da maneira deles contribuíram para a minha educação formal. Agradeço aos meus queridos irmãos José Cláudio e Diogo Mateus que sempre me incentivaram na busca pelo conhecimento.

Agradeço também a minha amada Weronica que a cada dia me ensina os saberes da vida e contribui para o meu aprendizado, me dando o seu carinho e amor. Agradeço a todos os professores da Universidade Federal de Pernambuco – Campos do Agreste que participaram da minha construção profissional enquanto aluno do curso de Pedagogia, em especial ao meu ilustre professor e orientador Sandro Guimarães Salles que acreditou no meu potencial e compartilhou conhecimentos de suma importância para a minha formação.

Por fim, agradeço a minha querida amiga e professora Michela Macêdo que sempre me deu força para prosseguir, mesmo diante das adversidades oriundas da vida em sociedade, partilhando momentos e situações que me levaram a reflexão e reconstrução do meu eu interior.

ANARQUISMO E EDUCAÇÃO: A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO ANARQUISTA PELOS AUTORES LIBERTÁRIOS

Cleiton Diego Campos do Nascimento¹

RESUMO

Este artigo refere-se ao componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, situado no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE), Campos Acadêmico do Agreste - (CAA), com ênfase no estudo da educação anarquista, pautando-se na epistemologia libertária. Para isso, evidenciou-se como problema de pesquisa: de que maneira os autores libertários compreendem a concepção de educação anarquista? Partindo dessa questão, destacamos como objetivo geral - compreender a concepção da educação anarquista segundo os autores libertários. Dentre os objetivos específicos, elencamos os seguintes: classificar a concepção de anarquismo segundo os autores libertários, e categorizar a concepção de educação anarquista de acordo com os autores libertários. Assim, a justificativa acadêmica deste trabalho surgiu da minha pretensão em contribuir para a ampliação da discussão em torno da concepção anarquista de educação no Brasil. Não obstante, a justificativa social apresentou-se como resultado da minha reflexão sobre a teoria crítica anarquista, tendo em vista a denúncia às estruturas de poder que permeiam a organização social capitalista que se baseia na lógica de dominação e competição. O percurso metodológico adotado neste trabalho foi o da pesquisa documental, enquanto o instrumento escolhido para a coleta dos dados foi a análise documental. No que diz respeito ao tratamento dos dados, optamos pela análise de conteúdo. Por fim, a pesquisa concluiu que os autores libertários classificam a concepção de anarquismo como práxis revolucionária, além disso, os dados mostraram que para o anarquismo a concepção de educação que atende aos anseios e ideais libertários é a concepção de educação integral.

Palavras Chave: Educação; Anarquismo; Educação anarquista.

¹ Cleiton Diego Campos do Nascimento, Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco p Campos Acadêmico do Agreste. E-mail: Cleitondiegoufpe@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma pesquisa que aborda a concepção de educação anarquista de acordo com os autores libertários, ela se inscreve no campo das teorias críticas surgindo dessa abordagem o seguinte problema a ser tratado: De que maneira os autores libertários compreendem a concepção de educação anarquista”, para responder à questão citada, elegemos como objetivo geral – compreender a concepção da educação anarquista segundo os autores libertários. .

Dessa maneira, elencamos como objetivos específicos – classificar a concepção de anarquismo segundo os autores libertários, e categorizar a concepção de educação anarquista de acordo com os autores libertários. Além do mais, enfatizamos a relevância acadêmica da temática, visto que pesquisar a educação anarquista amplia a discussão do objeto de estudo nos espaços acadêmicos de produção do conhecimento; ao passo que a sua relevância social possibilita o acesso dos professores à problemática.

O percurso metodológico adotado nesta produção é o da pesquisa documental, pois conforme Fachin (2017, p.145): se trata de “toda a informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada. Ela consiste na coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda a espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam sua busca e sua identificação”, qualificando-se também como pesquisa social que amplia o leque de fontes e dados a serem analisadas pelo pesquisador.

De acordo com Woodcok (1989) o anarquismo é um movimento revolucionário de trabalhadores que surgiu em meados do século XIX, influenciado pelas correntes teóricas socialistas e pela dialética hegeliana, dentre as suas principais ideias está a crítica à organização social pelo estado, que para elas é o pilar de sustentação da injustiça social e o sistema de exploração pelo modo de produção capitalista, ambos defensores da autoridade coercitiva e da propriedade privada.

Por fim, no que diz respeito a relação do anarquismo com a educação Galo relata que “os anarquistas sempre deram muita importância à questão da educação ao tratar do problema da transformação social”, haja vista que ela tem importante papel no projeto de revolução social do movimento libertário, pois estaria comprometida com o processo de desalienação do ser humano através da educação política, mas também com a formação da nova sociedade baseada nos princípios libertários”. (Galo 2007, p.22, grifo nosso).

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Anarquismo

Segundo Woodcock (1998, p.11) a origem etimológica da palavra anarquismo “envolve uma dupla raiz grega: archon, que significa governante, e o prefixo an, que indica sem. Portanto, sem governo”. Semelhantemente, Johnson (1997) compreende o termo como a “ausência de autoridade coercitiva” usada para manter a ordem social, em especial quando a autoridade é exercida pelo Estado.

Diante disso, ambas perspectivas conotam exclusão do estado, este, por sua vez, diretamente relacionado ao exercício do poder e da autoridade na sociedade. Para Malatesta (2001) é de suma importância reconhecer o verdadeiro significado da palavra anarquismo, ainda que no sentido literal, haja vista que interpretações errôneas foram historicamente disseminadas por opositores políticos e pela ignorância involuntária das massas, remetendo a sua compreensão à desordem social, conforme cita o autor:

O erro não vem da palavra, mas da coisa; e as dificuldades que os anarquistas enfrentam por causa da propaganda não depende do nome que eles escolheram, mas no fato de que seu conceito bate contra toda visão estabelecida pelo povo sobre a função do governo, ou o Estado como também é chamado. Mas a palavra tem vários outros significados, alguns dos quais levam a mal-entendidos, especialmente quando usado com pessoas cuja situação social infelizmente não lhes deu a oportunidade para se acostumar com as distinções sutis da língua científica. (MALATESTA, 2001, P.14).

Perante o exposto, não se trata da busca simplória da decodificação da palavra como símbolo escrito, uma vez que a ontologia do termo carrega significados históricos que não podem ser negados facilmente, ainda que a propaganda governamental tenha se empenhado para produzir um sentido negativo do nome anarquismo, objetivando a reprodução da falaciosa afirmação que não existe uma sociedade sem governo, mas tão somente o caos e a desordem.

Não obstante, Bobbio (1998) contempla o anarquismo em dupla acepção: sócio-política, e teórico-filosófica. A definição sócio-política corresponde à:

[...] libertação de todo o poder superior, fosse ele de ordem ideológica (religião, doutrinas, políticas, etc.), fosse de ordem política (estrutura administrativa hierarquizada), de ordem econômica (propriedade dos meios de produção), de ordem social (integração numa classe ou num grupo determinado), ou até de ordem jurídica (a lei). [...] por Anarquismo se entende o movimento que atribui, ao homem como indivíduo e à coletividade, o direito de usufruir toda a liberdade, sem limitação de normas, de espaço e de tempo, fora dos limites existenciais do próprio indivíduo (BOBBIO, 1998, p.23).

Com isso, entende-se que para o autor, a liberdade do indivíduo é essencial na exclusão do exercício do poder, independentemente do espaço e do tempo, ele é um princípio inalienável

e intransferível, porém, apenas é possível de ser alçado na coletividade, através de um movimento revolucionário real, sendo o anarquismo entendido como tal, conforme pensa Malatesta ao dizer que o único “método para realizar a anarquia é por meio da liberdade e sem governo”. (MALATESTA, 2001, p.42, grifo do autor).

Na analogia de Bobbio, a segunda concepção sobre o anarquismo, corresponde a natureza teórico-filosófica, vista como “aspiração ou como objetivo último e referencial, cheio de significados e de conteúdos, [...] recebe formas novas de elaboração teórica e de aplicação prática que se vão acentuando, cada vez mais, com o decorrer dos anos”. (BOBBIO, 1998, p.24, grifo nosso).

Além dessa relação entre ação (fato sócio-histórico) e teoria, Galo acrescenta categorizando o anarquismo como um “princípio gerador, uma atitude básica que pode e deve assumir as mais diversas características particulares de acordo com as condições sociais e históricas às quais é submetido, sendo formado por quatro princípios básicos de teoria e de ação: autonomia individual, autogestão social, internacionalismo e ação direta”. (GALO, 2007, p.20). Sobre isso concorda Woodcock (1998, p.26) ao ressaltar que “o anarquismo não é apenas uma teoria abstrata sobre a sociedade. foi desenvolvido a partir de condições sociais existentes, moldado por influências culturais e expresso sob várias formas de ação, sendo por elas modificado”.

Nessa mesma vertente de pensamento, Rodrigues aprofunda o que falam os autores a despeito da conexão dos aspectos sócio-históricos com o movimento anarquista, ao dizer que mais do que um pensamento filosófico é um movimento social ancorado na ação coletiva e consciente dos seus membros. Sendo assim, essa ação consciente de indivíduos tem por objetivo combater qualquer forma de poder social baseado na exploração do ser humano por seu semelhante, (RODRIGUES, 1999, p.3), conforme diz o autor:

O Movimento anarquista é a ação de indivíduos que se opõem e dão combate ao capitalismo, almejando a derrocada do Estado e a reconstrução de uma Nova ordem social descentralizada horizontalmente, auto gestonária. Não é a revoltados estômagos, é a revolução das consciências! [...] não se firma na luta de classes ou retende instalar os governados no lugar dos governantes, seus fins são de acabar com as classes, tornar o homem irmão do homem, independente de cor, idade ou sexo. (RODRIGUES, 1999, p.3).

Em Rodrigues (1999) percebemos que o anarquismo é compreendido como um movimento social revolucionário que tem como objetivo a justiça social, com o fim da exploração pelo modo de produção capitalista, e da naturalização e institucionalização da opressão social pelo Estado. No entanto, extrapolando a luta de classes, propõe uma revolução consciente num sentido de ampla liberdade.

Diferentemente de Rodrigues, A Revista Socialismo Libertário (2006) discorre o anarquismo como um tipo antiautoritário de socialismo revolucionário, utilizando como estratégia a ação direta dos seus membros contra todo e qualquer sistema de dominação social, prevendo uma nova ordem social baseada na autogestão, no federalismo, na igualdade e na liberdade.

O anarquismo, como uma corrente socialista, luta pelo fim da dominação, e consequentemente, pelo fim das classes sociais. [...] é uma ideologia, uma doutrina política. O socialismo libertário como proposta de sociedade futura implica, para nós, relaciona dois conceitos indissociáveis quando se trata de um projeto político. De um lado o socialismo, sistema baseado na igualdade econômica, política e social, e de outro a liberdade.

(SOCIALISMO LIBERTÁRIO, P. 08).

Por fim, cabe ressaltar que esse tipo de socialismo é considerado revolucionário pelo autor porque diferentemente do socialismo científico, não aceita em nenhum momento a centralização do poder, ainda que por parte da classe proletária, nem a reforma do estado ou de suas instituições, também rejeita a luta pelo aparato jurídico, haja visto que esse é entendido como instrumento coercitivo a serviço da burguesia proprietária. O socialismo libertário tem por convicção um projeto político orientado por princípios humanizantes.

2.2 Educação Anarquista

De acordo com Moryon (1989) o movimento anarquista sempre manteve uma íntima articulação com o tema educação, uma vez que para os militantes, a mesma ocupa parte bastante significativa no projeto político de revolução social, encarada como um privilegiado agente formador de mentalidades e vontades libertárias, atuando em dois sentidos. Primeiramente, como estímulo ao processo de mudança social e posteriormente como garantia da não degeneração da nova ordem social.

Do mesmo modo, pensou Malatesta (1999) citado por Luizetto (1989, p.10) ao propor que a modificação do curso da história da sociedade, oprimida pelo sistema de dominação elitista proprietário, “depende exclusivamente da atuação de três forças harmoniosamente interligadas: a propaganda, a educação e a rebelião”. Reafirmando, o caráter político da educação, Godwin (1999) citado por Luizetto (1989, p. 13) a identificou como um “instrumento emancipatório humano”, negando a educação autoritária ofertada pelo governo nas escolas que para ele tem por escopo, atender a um projeto de poder para a submissão das massas.

Por outro lado, Bakunin (2000) fala sobre a coerência da ideologia do movimento libertário com a proposta anarquista de educação racional e antiautoritária, orientada pelo princípio da liberdade e pautada na valorização da criança no centro do processo pedagógico. Sobre isso, cita Moryon (1989).

A meta e objetivo de todo processo educativo consiste, pelo contrário, em conseguir que a criança chegue a pensar por si mesma, que não delegue a ninguém a sua própria capacidade de decidir, que seja o seu próprio dono e dono dos seus atos. E esse objetivo é igualmente válido quando falamos da educação num sentido mais geral, quando fazemos referência à educação dos operários, aos quais é necessário despertar para que sejam capazes de se rebelar contra montanhas de submissão e resignação. (MORYON, 1989, P.17).

No tocante a educação antiautoritária, o ensino infantil é assinalado por enfatizar a autonomia da criança, colocando o professor como orientador e não como único autor que constrói conhecimento e o deposita no aluno, usando a força e a submissão. A pedagogia libertária sugere a abolição gradativa da autoridade do professor no processo educativo, extinguindo também por parte dele, imposições autoritárias e coerções vexatórias que inibem as ações espontâneas das crianças e o seu protagonismo.

No entanto, conforme citado acima, os anarquistas também se preocuparam com a educação dos operários, estimulando a relação do saber da experiência cotidiana no chão da fábrica com o saber científico nas oficinas instrucionais. Contudo, sem perder o aspecto político, os revolucionários utilizaram a propaganda (folhetos, cartazes, jornais e revistas) para criticar a exploração da burguesia industrial aos trabalhadores, apoiada e incentivada pelo estado; no intuito de promover a consciência política do proletário.

Do mesmo modo, Bakunin (1988) dá notória atenção a necessidade de adoção da educação integral para todas as pessoas independentemente da faixa etária ou do sexo, considerada por ele como modelo ideal para romper com a injustiça causada pela oferta desigual do ensino classista, onde o ensino teórico-científico se restringe a elite e o ensino do ofício a classe pobre. A educação integral promove o aprendizado da ciência e do trabalho, concedendo igualdade de oportunidade para todos.

O ensino deve ser igual para todos os graus, por conseguinte deve ser integral, quer dizer, deve preparar cada criança de ambos os sexos tanto para a vida do pensamento como para o trabalho, a fim de que todos possam igualmente tornar-se homens completos. [...] O ensino integral, ao lado do ensino científico ou teórico, deve compreender necessariamente o ensino industrial ou prático. Somente assim é que se formará o homem completo: o trabalhador que compreende e que sabe. (BAKUNIN, 1988, P. 130-131).

Perante isso, a educação integral rompe com o problema secular que sempre permeou o processo educativo, relacionar a teoria com a prática, educando as pessoas para a vida. Assim, educar o sujeito de forma completa significa capacitá-lo com todo o conhecimento disponível, de forma que ele não somente atue na realidade, como também participe espontaneamente da transformação dela de maneira consciente e solidária.

Aprofundando essa discussão no campo político-filosófico, Poul Robin (apud Woodcok, 1989, p. 89) relaciona a educação integral a teoria de homem, definindo-a como um direito que o

ser humano possui desde o seu nascimento, levando em consideração por um lado a existência desse humano enquanto indivíduo isolado e por outro como membro da coletividade. Nesse sentido, sua formação seria completa se como indivíduo distinto desenvolvesse todas as suas faculdades e enquanto membro da coletividade contribuísse com a sua parte do trabalho.

Similarmente, Galo (2007) compreende a educação integral por duas vertentes de pensamento. A primeira, corresponde a concepção política, conforme diz o autor:

Politicamente, a educação integral define-se já de saída: baseia-se na igualdade entre os indivíduos e no direito de todos a desenvolver suas potencialidades. Se vivemos uma sociedade desigual e na qual nem todos podem desenvolver-se plenamente, a educação integral deve assumir, necessariamente, uma postura de transformação e não de manutenção desta sociedade (GALO, 2007, P.35).

Nesse sentido, a educação integral é considerada pelo movimento anarquista como um mecanismo político para a promoção da justiça social, norteadada pelo princípio da igualdade no seu sentido mais geral, superando a alienação ideológica “a educação integral é um passo na transformação desta sociedade, pois pretende educar o homem sem separar o trabalho manual do trabalho intelectual, pretende desenvolver as faculdades intelectuais, mas também desenvolver as faculdades físicas, harmonizando-as” (Galo, 2000, p.36, grifo nosso).

3 METODOLOGIA

Neste referido artigo, levamos em consideração a importância da metodologia como parte integrante da estrutura de qualquer projeto científico que pretende com as suas técnicas e procedimentos, responder à problemática que surge a partir do objeto estudado. Conforme fala Sidi (2017, p.1947, grifo nosso) “É o caminho que todo pesquisador deve percorrer. [...] que precisa estar descrito de forma clara tanto para quem lê o trabalho quanto para quem o realiza”.

Dessa maneira, optamos pela natureza qualitativa da pesquisa, pois segundo Minayo (1993, p.24) ela “trabalha com o universo de significados. Compreende e explica a dinâmica das relações sociais, [...] depositárias de crenças, valores e hábitos. Trabalha com a vivência e também com a compreensão das estruturas como resultado da ação humana”. Do mesmo modo, pensa André (1995) quando diz que a pesquisa é qualitativa porque:

[...] se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa (que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. (ANDRÉ, 1995, P.17).

Diferentemente da pesquisa quantitativa que se define pela neutralidade do pesquisador em relação as informações e ao espaço analisado, a pesquisa qualitativa é a imersão do pesquisador no tempo e espaço cultural do objeto de estudo. Reforçando o que cita as autoras,

Sidi (2017) apreende a pesquisa qualitativa em educação como uma abordagem eminentemente hermenêutica, um processo de educar-se por meio da linguagem, promovendo a construção do saber através da interpretação da cultura do outro.

No que se refere ao método da pesquisa, optamos pela pesquisa documental, uma vez que ela tem o documento como objeto de investigação, porém o documento num sentido amplo, ultrapassando a forma conceitual do texto escrito ou impresso, como fala Sá-Silva (2009):

O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador. (SÁ-SILVA, 2009, P.5).

Assim, a pesquisa documental apesar de assemelhar-se a pesquisa bibliográfica, que também utiliza como fonte informativa outras formas de documentos, é diferenciada por se valer também de textos em outros formatos e que ainda não foram analisados, ampliando o seu leque de análise para explorar as diversas fontes, desde os documentos que já receberam tratamento analítico por parte do pesquisador, até os documentos de primeira mão que ainda não foram analisados, segundo fala Gil, (2008, p.51).

Para Moreira (2005) esse tipo de pesquisa é instituído por etapas/fases, entre estas, a coleta de dados do campo investigado, sendo assim, decidimos por adotar a análise de conteúdo como instrumento necessário para atender aos objetivos específicos determinados, no intuito de construir um estudo contextualizado em toda a sua estrutura, identificando, verificando e apreciando as informações, permitindo ao mesmo tempo organizar e avaliar aquilo que é avaliado. Perante isso, Sá-Silva (2009), enfatiza que:

A análise é desenvolvida através da discussão que os temas e os dados suscitam e inclui geralmente o corpus da pesquisa, as referências bibliográficas e o modelo teórico. No caso da análise de documentos recorre-se geralmente para a metodologia da análise do conteúdo. (SÁ-SILVA, 2009, P. 9).

Diante do exposto, percebe-se que a análise de conteúdo é a técnica mais apropriada para as pesquisas que adotam a análise documental como método, pela maneira que ela consegue relacionar os dados, pressupondo o que está por trás da armadura estrutural do texto, desde os sentidos e significados, implícitos ou explícitos, como fala Sá-Silva (2009, p.9). “A mensagem pode ser apreendida, decompondo-se o conteúdo do documento em fragmentos mais simples, que revelem sutilezas contidas em um texto”.

Para Sá-Silva (2009) analisar o conteúdo iniciando pelo referencial teórico é primeiro exercício de aproximação da construção das categorias de análise, além do mais, é uma dentre

as diferentes formas de interpretar o conteúdo de um texto, adotando normas sistemáticas de extrair significados temáticos ou os significantes lexicais, por meio dos elementos mais simples do texto, sobre isso concorda Ludke e André (1986) falando o seguinte:

o método de codificação escolhido vai depender da natureza do problema, do arcabouço teórico e das questões específicas de pesquisa. o passo seguinte no processo de análise documental é caracterizar a forma de registro. alguns pesquisadores preferem fazer anotações à margem do próprio material analisado, outros fazem esquemas, diagramas e outras formas de síntese. (LUDKE E ANDRÉ, 1986, P.42).

A despeito dos dados a serem tratados, nos resguardamos: a frequência da citação de alguns temas, as palavras ou ideias em um texto para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor, que para Cellard (2008, p. 303): “é o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos – chave”.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 A concepção de anarquismo segundo os autores libertários

Afim de responder ao nosso problema - Como os autores libertários compreendem educação para o anarquismo; e atender aos nossos dois objetivos específicos: classificar a concepção de anarquismo segundo os autores libertários e categorizar a concepção de educação de acordo com o anarquismo; buscamos subsídio no tratamento dos dados para alcançar o nosso objetivo geral – Compreender a concepção de educação segundo o anarquismo.

“A origem etimológica da palavra anarquismo “envolve uma dupla raiz grega: archon, que significa governante, e o prefixo an, que indica sem. Portanto, sem governo”. (WOODECOCK, 1998, p.11, grifo do autor).

“a ausência de autoridade coercitiva do estado”. (JHONSON, Dicionário de Sociologia, 1997).

A definição etimológica e sociológica do termo anarquismo contribui tanto para a compreensão da construção de sentido da palavra enquanto vocábulo isolado na estrutura do enredo escrito, quanto para a exposição do eixo central que norteia o anarquismo: a ideia de liberdade para o indivíduo em sociedade e a ação de negar toda e qualquer forma de autoridade, em especial, pelo estado.

Nesse mesmo entendimento, Bobbio (1998) afirma a natureza teórico-prática do anarquismo, como um construto histórico, imbuído de significados e conteúdos que se

desdobram e se modificam pelas condições reais do espaço-tempo em que ocorrem os fatos e as ideias, como cita o autor:

“o anarquismo é uma aspiração ou como objetivo último e referencial, cheio de significados e de conteúdos, [...] recebe formas novas de elaboração teórica e de aplicação prática que se vão acentuando, cada vez mais, com o decorrer dos anos”. (BOBBIO, 1998, p.24).

Do mesmo modo que Bobbio (1998) tipifica o termo anarquismo como aspiração, Galo (2007) o classifica como princípio gerador.

[...] o anarquismo é: um princípio gerador, uma atitude básica que pode e deve assumir as mais diversas características particulares de acordo com as condições sociais e históricas às quais é submetido, sendo formado por quatro princípios básicos de teoria e de ação: autonomia individual, autogestão social, internacionalismo e ação direta. (GALO, 2007, P.20).

No entanto, devemos considerar que embora mude a terminologia os elementos simbólicos que o constitui são os mesmos. Dessa maneira, tais elementos se revestem de teoria e ação, sejam eles significados, conteúdos ou princípios, estão todos sujeitos a modificações pelas condições sociais e históricas que os imprime características próprias.

“o anarquismo não é apenas uma teoria abstrata sobre a sociedade foi desenvolvido a partir de condições sociais existentes, moldado por influências culturais e expresso sob várias formas de ação, sendo por elas modificado”. (WOODCOCK, 1998, P.26).

Assim, como os autores anteriores Woodcock (1998) dá respaldo ao anarquismo como teoria social que se materializa nas diversas formas de ações políticas dos militantes do movimento libertário, adquirindo contornos específicos advindos das influências culturais do meio social pelo qual é desenvolvido.

Apesar de concordar com essa concepção dual do anarquismo como práxis (teoria e ação) revolucionária, A Revista Socialista Libertária (2009) aponta para o anarquismo como uma tendência advinda do socialismo e a classifica de várias formas, como corrente socialista, ideológica, doutrina política e até mesmo como uma proposta futura de uma sociedade livre e igual.

O anarquismo, como uma corrente socialista, luta pelo fim da dominação, e consequentemente, pelo fim das classes sociais. [...] é uma ideologia, uma doutrina política. O socialismo libertário como proposta de sociedade futura implica, para nós, relaciona dois conceitos indissociáveis quando se trata de um projeto político. De um lado o socialismo, sistema baseado na igualdade econômica, política e social, e de outro a liberdade. (SOCIALISMO LIBERTÁRIO, 2009, P. 08).

Portanto, cabe ressaltar que os autores libertários entendem a concepção de anarquismo como conjunto de teorias críticas sociais e de ações políticas, uma práxis revolucionária, que

busca pela revolução consciente o fim do arranjo social baseado na dominação de poucos sobre muitos e a construção de uma nova ordem social baseada na igualdade e na liberdade.

4.2 A concepção de educação para os autores libertários

Para atendermos ao nosso segundo objetivo específico que é categorizar a concepção de educação para o anarquismo, analisaremos os conceitos presentes em cada autor libertário citado.

“A educação é encarada como um privilegiado agente formador de mentalidades e vontades libertárias, tendo o desígnio de atuar em dois sentidos. Primeiramente, como estímulo ao processo de mudança social e posteriormente como garantia da não degeneração da nova ordem social”. (MORYON, 1989, P.9).

“A educação é um instrumento emancipatório humano”, Godwin (1902, p.4 apud Luizetto, 1989).

De acordo com os autores a educação é para os anarquistas um instrumento emancipatório que tem o objetivo de formar a mentalidade das pessoas articulada aos ideais anarquistas, agindo no processo de transformação da sociedade baseada na dominação estrutural para a nova ordem social onde o homem não precisa de governo, e nega o costume de ser escravo do poder imposto, saindo da organização obrigatória e indo em rumo a organização voluntária, pelo livre acordo, como fala Rodrigues (1975).

Politicamente, a educação integral define-se já de saída: baseia-se na igualdade entre os indivíduos e no direito de todos a desenvolver suas potencialidades. Se vivemos uma sociedade desigual e na qual nem todos podem desenvolver-se plenamente, a educação integral deve assumir, necessariamente, uma postura de transformação e não de manutenção desta sociedade (GALO, 2007, P.35).

Ainda sobre a educação articulada aos princípios humanistas, Galo (2007) pensa a educação dos indivíduos, alinhada ao princípio da igualdade. Para ele a educação de toda pessoa tem que ser completa, o ser humano tem que ser ensinado com teoria e prática, desenvolvendo plenamente as suas potencialidades, contribuindo para a extinção da sociedade desigual, a educação tem que ser transformadora da sociedade. Da mesma forma, expõe Bakunin (1988):

O ensino deve ser igual para todos os graus, por conseguinte deve ser integral, quer dizer, deve preparar cada criança de ambos os sexos tanto para a vida do pensamento como para o trabalho, a fim de que todos possam igualmente tornar-se homens completos. [...] O ensino integral, ao lado do ensino científico ou teórico, deve compreender necessariamente o ensino industrial ou prático. Somente assim é que se formará o homem completo: o trabalhador que compreende e que sabe. (BAKUNIN, 1988, P. 130-131).

Segundo Bakunin (1988) a concepção de educação integral atende ao projeto político anarquista de transformação da ordem social, além disso, ela garante o acesso ao conhecimento

geral (teórico e prático) para todas as faixas etárias de pessoas, independentemente do sexo, da raça ou etnia.

“[...] a educação integral é um passo na transformação desta sociedade, pois pretende educar o homem sem separar o trabalho manual do trabalho intelectual, pretende desenvolver as faculdades intelectuais, mas também desenvolver as faculdades físicas, harmonizando-as” (Galo, 2007, p.36).

Similarmente ao que diz Bakunin (1988), Galo (2007) contempla a concepção de educação integral como a educação completa do ser humano, aquela que o prepara mentalmente; para criar os diferentes tipos de saberes, seja de natureza teórica ou da experiência de vida; e fisicamente, possibilitando a todos a aprendizagem do trabalho prático e intelectual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de responder ao problema proposto nesta pesquisa que tem como objetivo geral: Compreender a concepção de educação segundo o anarquismo. Identificamos através da análise dos dados coletados que os autores libertários classificam a concepção de anarquismo como práxis revolucionária, um conjunto de teorias críticas sociais e de ações políticas que se modificam adquirindo novas características devido as condições sociais e ao processo histórico. Diante do exposto, o nosso primeiro objetivo específico foi atendido.

No que diz respeito ao nosso segundo objetivo específico: categorizar a concepção de educação para o anarquismo, os dados mostraram que para o anarquismo a concepção de educação que atende aos seus anseios e ideais é a concepção de educação integral, haja vista que ela está diretamente conectada aos princípios humanistas que o anarquismo defende.

Diante disso, ao passo que os nossos objetivos específicos foram atendidos, eles nos proporcionaram atender ao nosso objetivo geral. Desse modo, compreendemos que a educação é para os anarquistas um mecanismo de transformação social que busca formar o ser humano de maneira integral para que ele seja agente consciente do seu papel na construção da nova ordem social.

Por fim, é preciso ressaltar que esse estudo é significativo uma vez que contribui para ampliar a discussão sobre a educação anarquista, porque se trata de um assunto amplo e complexo, possibilitando aspirações futuras para estudos sobre outros fenômenos que estão intrinsecamente ligados a este, como a pedagogia libertária, as experiências práticas da educação anarquistas e a influência da propaganda anarquista na formação política das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995. – (Série Prática Pedagógica).
- ALLAN, G. Johnson. **Dicionário de Sociologia: Guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**. São Paulo: Imaginário, 2000.
- BAKUNIN, Mikhail. **Federalismo, Socialismo e Antiteologismo**. São Paulo: Cortez, 1988.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I Norberto Bobbio**. Brasília: Universidade de Brasília, 1 ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Saraiva 6 - ed, 2017.
- GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. **Educação Anarquista: Por uma pedagogia do riso**. UEC - Faculdade de Educação. 1990. Dissertação de Mestrado.
- GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. **Pedagogia Libertária: Anarquistas, anarquismos e educação**. Imaginário: UFA, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas – 6. ed, 2008.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MALATESTA, Errico. **A anarquia**. Ed. Imaginário. Núcleo de Sociedade Libertária do Programa de Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 2001.
- MALATESTA, Errico. **Anarquismo e Anarquia**. Faísca Publicações Libertárias, 2009. www.editorafaisca.net.
- MOREIRA, S.V. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.
- MORYON, Garcia. **Educação Libertária: Bakunin e outros**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA & CIÊNCIAS SOCIAIS. **Socialismo Libertário**. Ano I - Número I - julho de 2009. www.rbhcs.com ISSN: 2175-3423 11.
- RODRIGUES, Edgar. **ABC do Anarquismo**. Assírio & Alvim, 1976.
- SÁ-SILVA, J.R; ALMEIDA, C.D de; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano I - Número I - julho de 2009. www.rbhcs.com.

SIDI, Pilar de Moraes.; CONTE, Elaine. **A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v.12, n.4, p.1942-1954, out./dez.2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n4.out./dez.2017.9270>>. E-ISSN: 1982-5587.

WOODCOCK, George. **Anarquismo: introdução histórica.** In: Grandes Escritos Anarquistas. Porto Alegre: LP&M, 1998.

CLEITON DIEGO CAMPOS DO NASCIMENTO

ANARQUISMO E EDUCAÇÃO: A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO ANARQUISTA
PELOS AUTORES LIBERTÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia do
Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a
obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 19/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sandro Guimarães Salles (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Saulo Ferreira Feitosa (Examinadora Interno)
Universidade Federal de Pernambuco